

A população urbana: uma força autônoma

A população urbana, apenas por sua importância, parece ter nos países subdesenvolvidos um papel dinâmico próprio, uma espécie de força autônoma. Com isto queremos dizer que a população urbana dispõe de uma capacidade própria de criar novas atividades, que, nas mesmas condições de civilização, é proporcional ao seu número. Assim é que a própria concentração humana pode ocasionar uma multiplicação e uma diversificação de afazeres e de empregos, o que é característico do crescimento.

Não desconhecemos a existência de um certo número de argumentos muito usuais que nossa tese contraria; é por isso que passaremos a analisar alguns deles.

A INFLAÇÃO URBANA

Fala-se, por exemplo, freqüentemente, dos perigos de uma inflação urbana como conseqüência dessa concentração humana.

Uma situação inflacionária pode ser ocasionada:

1 — por um aumento mais rápido da população que da pro-

dução, fato este que será agravado se houver, concomitantemente, e sem oposição, um aumento do poder aquisitivo da população urbana;

2 — pela impossibilidade de uma cidade garantir tal ou qual produção, porque uma outra cidade maior ou mais dinâmica a impede.

Este último fato constitui um perigo, caso a cidade não disponha de uma força própria ou caso um planejamento regional não se faça intervir a tempo de preencher as lacunas. É desta forma que certas cidades tornam-se tributárias de outras aglomerações, no que concerne ao fornecimento de bens e de serviços. Mas, via de regra, acontece que, a partir de uma situação inflacionária, desenvolvem-se novas atividades e se estabelece um novo dinamismo.

REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E MASSA DEMOGRÁFICA

O papel da rede rodoviária constitui um elemento fundamental. No México de hoje, onde as distâncias entre os centros urbanos são reduzidos pela rede de auto-estradas e de estradas asfaltadas de boa qualidade, as cidades que puderam elaborar uma rede industrial poderosa e coerente são capazes, no momento, de provocar uma interrupção de crescimento industrial em outras cidades. Parece, evidentemente, que, excetuando-se o México, não aparece outro país subdesenvolvido em que a integração nacional tenha sido tão rápida e com estradas de tal qualidade.

De qualquer forma, a *massa de população*, no momento em que se opera uma transformação nos fatores de organização do espaço, é um elemento essencial. Entre esses fatores da organização do espaço, o mais importante é, sem dúvida alguma, representado pelos dados de transporte, sendo também necessário considerar os fatores de organização do espaço agrícola, os elementos de transformação e do progresso agrícola. Estes últimos, no entanto, não ocasionam obrigatoriamente uma mudança da órbita da antiga Capital regional, sobretudo se a zona agrícola considerada permanecer isolada dos grandes centros pela ausência ou deficiência de estradas.

Está claro que os efeitos de uma revolução dos transportes são bem diferentes em um país onde a escala de importância das cidades precede a evolução geral, e um outro país onde este fato não ocorre.

No primeiro caso, a grande cidade tende, de maneira geral, a se agigantar, caso ela se beneficie da revolução dos transportes. No segundo caso, as cidades médias teriam tendência a crescer se elas se beneficiassem, igualmente, de uma nova rede de transportes e se apresentassem uma posição favorável. Neste caso, a distância não é um fator que atua sempre em uma única direção — se

bem que esta deveria ser a regra — pois se a cidade média, vizinha a uma grande cidade, estiver localizada sobre o eixo da estrada das metrópoles industriais, pode encontrar nessa situação uma vantagem maior em relação à grande cidade à qual se acha ligada. Este é o caso de Feira de Sant'Ana, no Estado da Bahia, a 110km da Capital.

Se a cidade média se encontrar fora do eixo de circulação moderna ela poderá resistir à tendência de sucumbir. Esta resistência tem, entretanto, uma intensidade e uma duração que dependem tanto dos fatores interiores como exteriores à sua zona de influência. O caso de Guanajuato, no México, parece-nos típico.

Por outro lado, a evolução quantitativa e qualitativa da economia e da sociedade das cidades bem situadas depende, para uma e para outra, de fatores internos e externos à sua região. Ainda no México podemos assinalar o caso de León e de Irapuato, bem como de Monterrey e das cidades do Norte do México. León, dispondo de uma poderosa indústria de calçados (140.000 pares por dia), distribuída entre grandes e pequenos estabelecimentos, não teve condições de criar fabricações complementares, nem diversificar sua atividade industrial. Irapuato, com sua fábrica de peças para estrada de ferro, bem situada em relação aos novos traçados das rodovias e nas proximidades de uma importante refinaria, pôde, ao contrário, criar, em apenas alguns anos, um tecido industrial que se reforça tanto em importância quanto em coerência. As cidades do Norte do México, por sua vez, devem às facilidades de baixo preço da mão-de-obra e de tarifas privilegiadas sua expansão industrial, cuja produção se destina, em grande parte, aos Estados Unidos.

Os fatores externos à região têm, em geral, uma precedência quantitativa e qualitativa, mas no interior de uma cidade e da região, os fatos podem apresentar-se de modo diferente quando são os fatores internos que têm maior valor.

OS PAPEIS RESPECTIVOS DE UMA ECONOMIA DOMINANTE OU DE UMA ECONOMIA REGIONAL

A cidade ganha e reforça sua posição na medida em que ela provoca, em sua zona de influência, atividades que ela mesma comanda: porém, se estas novas atividades forem apenas um reflexo do mundo exterior à cidade, isto é, se o crescimento da cidade for apenas o resultado de estímulos recebidos de fora, os ganhos obtidos pela cidade serão nitidamente reduzidos.

Parece-nos que a agricultura de subsistência seja a atividade especificamente rural mais suscetível de criar e manter uma corrente bilateral de impulsos econômicos, estimulante do crescimento. A margem de benefícios obtidos pelos comerciantes urbanos permanecem na cidade, ao contrário do que geralmente ocorre com

a agricultura comercial. É a partir desses ganhos que se esboça uma transformação das estruturas econômicas urbanas com a instalação de pequenas e médias indústrias, cuja importância cresce com o acúmulo de capitais, mas, principalmente, com o acúmulo de pessoas.

O estudo da evolução industrial urbana em país subdesenvolvido revela que não são os grandes ou os médios comerciantes ligados às atividades de exportação que primeiro se interessam pela criação de fábricas, mas sim os detentores do pequeno e médio comércio de varejo.

A existência destas fabricações em cidades regionais aumenta em realidade os rendimentos dos agricultores, que aproveitam os preços de compra menos elevados de produtos manufaturados, pois esses não se acham acrescidos de taxas de despesa de transporte e de intermediários. Se acrescentarmos a isso o fato que o preço dos alimentos aumenta mais rapidamente que aquele dos produtos manufaturados, poder-se-á facilmente avaliar a expansão do mercado urbano. Esses aumentos de preços estimulam igualmente o melhoramento técnico decorrente de uma evolução interna. Isto sem deixar de ocasionar um aumento da renda dos agricultores, com tudo o que decorre, como já analisamos. Assim, como consequência do avanço das técnicas agrícolas e do melhoramento do nível de vida, uma grande parte da população rural acha-se liberada e dirige-se para a cidade. Este afluxo humano, coincidindo com uma evolução positiva do campo, oferece à cidade um novo elemento de força.

Gunnar Myrdal nos lembra que em um período de expansão (Myrdal, *Economic Theory and Underdeveloped Region*. London, G. Duckworth, 1957) "o aumento da procura atrai os investimentos que, por sua vez, ocasionam um aumento da renda e da procura e que provocam um segundo *round* de investimentos, e assim sucessivamente".

Em uma economia de exportação, a cidade começa a ter um papel realmente positivo quando a população, quer pela importância de sua massa, quer pela importância do volume de sua renda, quer por seus hábitos alimentares, reclama do campo, através diferentes formas de estímulos, uma maior produção e uma maior produtividade.

A presença de uma população numerosa torna-se benéfica na medida em que, ao lado do fato de assegurar os níveis de uma escala permitindo a existência de certas fabricações, garante ao campo uma demanda de alimentos que aumenta em progressão geométrica em relação ao crescimento, em progressão aritmética da população urbana. Aliás, já estudamos esta questão (Santos, Milton. *Croissance démographique et consommation alimentaire*. Paris, Centre de Documentation Universitaire, 1967). A influência da ci-

dade sôbre o seu campo é tanto maior se ela não efetuar no estrangeiro, ou fora de sua região, a compra de grande parte de seus produtos de subsistência.

Assim, a simples presença de uma população é susceptível de desencadear um processo de melhoramento tanto quantitativo quanto qualitativo da produção agrícola de subsistência nos arredores e mesmo à distância da cidade. Os exemplos são numerosos e retomamos alguns de nossa obra acima citada.

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, e ao contrário mesmo daquilo que pensamos e escrevemos recentemente, uma agricultura de subsistência que encontra mercado está bem mais apta a transmitir fôrça à cidade que a economia de exportação.

Em Guadalajara, no México, apesar da intervenção de outros fatores, foi a conjunção crescimento demográfico-expansão da agricultura de subsistência que permitiu à cidade um crescimento econômico que é difícil — e diremos mesmo impossível — de encontrar, nas mesmas condições, em um país subdesenvolvido. Da mesma forma no Rio Grande do Sul e no Paraná (ver teses dos Profs. Jean Roche e Pierre Monbeig).

Nas cidades dos países subdesenvolvidos não se pode, pois, utilizar a expressão de R. Steiner, segundo a qual "quanto mais uma cidade exporta, tanto mais ela pode importar e mais ainda sustentar uma população". (Steiner, Robert L. *Urban and Interurban Economic Equilibrium*. *Land Economic*. Madison, 32, 1956).

Nos países subdesenvolvidos, quanto mais numerosa fôr a população urbana menos a cidade tem tendência a importar e, por conseguinte, a produzir e a poder atrair e reter a população. Ao contrário do modelo de Steiner para os países desenvolvidos, a atividade de exportação é benéfica mas em uma proporção bastante reduzida relativamente a seu volume. É no caso da produção agrícola de subsistência que os maiores benefícios são registrados.

O ritmo acelerado de crescimento da população urbana de uma grande cidade não pode ser considerado como prejudicial, salvo nos seguintes casos:

- 1 — se a cidade não fôr capaz de responder às necessidades que se criam:
 - a — de produção, de bens e de serviços;
 - b — de empregos.
- 2 — se a cidade, ou uma outra fôrça em seu lugar, não fôr capaz de ativar a produtividade no campo. Queremos dizer com isto que a cidade pode influir sôbre os melhoramentos agrícolas, por um lado, através estímulos recebidos de fora — Estado federal ou federado, organizações internacionais, comércio ligado à industrialização — e, por

outro, através aquêles estímulos que ela mesma é capaz de criar e fazer funcionar.

EFEITOS POSITIVOS LIGADOS A UMA POPULAÇÃO JOVEM E RECÉM-CHEGADA

A presença nas cidades dos países subdesenvolvidos de uma importante população recém-chegada se relaciona com a presença de uma população jovem. A idade média dessas aglomerações é bastante baixa. Uma população jovem exige da administração a instalação de uma quantidade de serviços, cuja criação depende de várias condições e, antes de tudo, da própria população.

Os agentes administrativos, direta ou indiretamente ocupados com êsses serviços, agem tanto como "economias externas" como "multiplicadores" do consumo.

A simples presença de um grupo reduzido de funcionários pode constituir a condição de desencadeamento de um processo de acumulação e de evolução urbana. No Brasil, por exemplo, nos últimos 20 anos, os sinais exteriores da expansão urbana, aliás exigidos pela população, são, em primeiro lugar, a energia elétrica e, em segundo lugar, a escola secundária. Basta que resida na aglomeração um padre, um juiz ou um advogado, um médico ou mesmo um farmacêutico, um engenheiro, para que haja condições de criação de uma escola secundária. Permissões excepcionais são conferidas a essas pessoas se o número de licenciados pelas faculdades não fôr suficiente. Na verdade, êste número, se bem que se multiplique cada ano, não acompanha nem o aumento do número de jovens, nem o aumento das aspirações. Além disso, não há muitos jovens professores, entre os que se formam nas grandes cidades, que desejam ensinar nas pequenas e mesmo nas médias aglomerações afastadas.

Assim sendo, ao padre se confia o ensino do Latim ou do Português; ao advogado ou ao juiz, o ensino da História, Geografia, Francês e Inglês; ao médico ou ao farmacêutico, o ensino das Ciências Físicas, Químicas e Naturais; ao engenheiro, o ensino da Matemática.

Assim montado o corpo docente, opera-se instantaneamente a criação da escola secundária. Isto representa uma grande força de indução, que se exerce pela atração das famílias de agricultores, que estimulam ainda mais o comércio e ajudam a conferir à cidade novas condições de crescimento.

É desta forma que, pela presença desses consumidores privilegiados que são os funcionários, e, em seguida, por tudo aquilo que êles provocam, que o consumo urbano aumenta quantitativamente e qualitativamente, criando-se então as condições para que a produção também evolua.

AS DÍVIDAS DA POPULAÇÃO COMO UM FATOR DE PROMOÇÃO

A massa da população em permanente estado de dívida, em uma cidade onde o setor moderno é bastante importante, age em suas compras a crédito como financiadora de uma parte desse setor moderno.

O setor "tradicional" da economia e da população utiliza uma forma de crédito pessoal e direto, que se reduz praticamente aos limites da subsistência. Este se traduz sobretudo na compra de alimentos, tanto mais que as classes urbanas pobres consomem, cada vez mais, os produtos manufaturados. Estes lhes são vendidos também segundo diferentes sistemas de crédito, onde, entretanto, a tolerância para com o comprador é menor.

De qualquer modo, é desta forma que o grande comércio aumenta suas vendas, seja diretamente aos compradores, no caso dos artigos eletrodomésticos e de conforto, seja por intermédio de médios e pequenos varejistas. Ora, este setor moderno ou mais modernizado utiliza o crédito bancário, pois ele participa a fundo da economia monetária e crediária. Suas possibilidades de crédito estão, deste modo, relacionadas ao volume das vendas aumentado dos depósitos — dívidas, paradoxalmente, — de uma massa de pessoas considerada, geralmente, como um fator negativo da economia. Este escoamento de mercadorias, cuja venda não seria possível sem o sistema de crediário, é que permite ao comércio moderno vender cada vez mais, promover a atividade bancária e, por esta e aquela razão, animar a indústria local ou externa — se a cidade não puder ou não souber criar as fabricações que necessita para o consumo da população local e regional.

O CONSUMO FAMILIAR AUMENTA MAIS RAPIDAMENTE QUE O DOS OUTROS SETORES

Finalmente, o consumo de serviços pelas famílias aumenta mais rapidamente que aquele das empresas ou da administração.

Na Costa do Marfim, a progressão no período 1950-1965 foi a seguinte:

Evolução do Consumo dos Serviços

	1950	1960	1965
Empresas	0,7	1,9	3,0
Famílias	0,6	2,0	3,1
Administração	0,2	0,4	0,8

(Amain, Samir. *Le Développement du Capitalisme en Côte d'Ivoire*. Paris, Les Editions de Minuit, 1967).

O consumo direto de serviços pelas famílias aumentou, pois, mais de 5 vezes, enquanto que aquele das empresas e da administração cresceu cerca de 4 vezes. Se levarmos em consideração que estes últimos são, em grande parte, resultantes do consumo familiar, este fato basta para nos mostrar o papel da presença de uma importante população na multiplicação dos negócios.

MILTON SANTOS